

Aula 05 - Prof. Thais Runstaim

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*

*Autor:
(Pós-Edital)*

**Thaís de Cássia Rumstain,
Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

06 de Julho de 2025

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Sumário

Análise Estatística	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	1
Questões estratégicas	21
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	14
Lista de Questões Estratégicas	28
Gabarito.....	30

ANÁLISE ESTATÍSTICA

*A análise a seguir refere-se a uma amostra de questões, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOC** no período de **2020 a 2025**.*

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)		
Tópico		% de cobrança Instituto AOC
Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)	Da Prescrição (Art. 189 ao 206)	100,00%
	Da Decadência (Art. 207 ao 211)	0,00%
	Diferenças entre Prescrição e Decadência	0,00%
		100,00%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Hoje teremos mais uma aula com dois assuntos muito importantes e que geram bastante confusão!



Introdução

O estudo da prescrição e da decadência exige uma compreensão aprofundada dos fundamentos do Direito Civil, especialmente em relação ao tempo e à inércia no exercício dos direitos. Ambos os institutos tratam da limitação temporal para que o titular de um direito possa exercê-lo, mas com diferenças fundamentais quanto aos efeitos jurídicos.

PRESCRIÇÃO

Prescrição é a perda da pretensão de exigir judicialmente um direito por conta da inércia do titular durante o prazo legal. Em termos doutrinários, a prescrição está associada à ideia de **segurança jurídica**, evitando que conflitos perdurem indefinidamente.

***Art. 189:** Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.*

Aqui, é importante notar o termo "**pretensão**", que é o direito de exigir judicialmente a satisfação de uma obrigação. A prescrição não extingue o direito material em si, mas o poder de coercitivamente exigir seu cumprimento.

Teoria da Prescrição

Para compreender a prescrição de maneira mais técnica, precisamos entender a teoria da **actio nata**, que orienta o início do prazo prescricional a partir do momento em que a pretensão nasce. Essa teoria é aplicada no Direito brasileiro a partir do art. 189 do Código Civil, que vincula o nascimento da pretensão à violação do direito.

No entanto, a jurisprudência e a doutrina adaptaram a teoria da *actio nata* para evitar injustiças. O STJ, em diversas decisões, adota uma visão mais **subjetiva** da *actio nata*, entendendo que o prazo prescricional só começa a correr quando o titular do direito tem **conhecimento do fato** que lhe dá causa para exercer a pretensão.

Exemplo: Imagine que João descobre, após 15 anos, que uma casa que ele comprou foi registrada em nome de outra pessoa por erro do cartório. O prazo de prescrição para retificação do registro não começou a correr no momento do erro, mas sim quando João tomou conhecimento do fato.

Essa visão busca equilibrar a proteção ao credor com o princípio da **segurança jurídica**, evitando que prazos prescricionais sejam contados de forma automática, sem considerar as peculiaridades de cada situação.

Efeitos da Prescrição

A prescrição gera efeitos importantes tanto no direito material quanto no processual:

1. **Extinção da pretensão:** o direito de exigir judicialmente o cumprimento de uma obrigação se extingue, mas o dever moral ou a obrigação natural (no caso de prescrição de dívidas, por exemplo) pode continuar existindo.
2. **Imprescritibilidade de ações declaratórias:** Ações meramente declaratórias, como o reconhecimento de filiação, não prescrevem, pois não envolvem a exigência de uma prestação.



3. **Suspensão e Interrupção da Prescrição:** A prescrição pode ser suspensa ou interrompida, conforme disposto nos artigos 197 a 202 do Código Civil. A suspensão ocorre quando há circunstâncias temporárias que impedem o curso do prazo prescricional. A interrupção, por sua vez, faz com que o prazo seja reiniciado.

Tipo	Conceito	Efeito	Artigo de Lei
Suspensão da Prescrição	A prescrição é temporariamente paralisada por determinada causa, sem reiniciar o prazo do zero.	O prazo da prescrição é pausado e, ao cessar a causa suspensiva, continua de onde parou.	Art. 197: <i>Não corre a prescrição: I - entre cônjuges na constância da sociedade conjugal; II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.</i>
Interrupção da Prescrição	A prescrição é interrompida por um ato específico, e o prazo recomeça do zero após a interrupção.	O prazo da prescrição reinicia do zero após a interrupção.	Art. 202: <i>A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; II - por protesto, nas condições do inciso antecedente; III - por protesto cambial; IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.</i>

Exemplo de suspensão: Durante a menoridade de uma pessoa, a prescrição não corre contra ela. Se João, menor de 18 anos, tem um direito a ser exercido, o prazo só começará a contar quando ele atingir a maioridade.

Exemplo de interrupção: Se Maria entra com uma ação de cobrança contra Pedro e, por algum motivo, o processo é suspenso por falta de citação, o prazo prescricional é interrompido, reiniciando-se após a regularização da citação.

4. **Renúncia da prescrição:** O art. 191 do Código Civil permite a renúncia à prescrição após sua consumação, desde que não cause prejuízo a terceiros. A renúncia pode ser tácita ou expressa.

Inalterabilidade dos Prazos Prescricionais



A **inalterabilidade dos prazos prescricionais** é um princípio fundamental do Direito Civil brasileiro, que estabelece que os prazos fixados para a prescrição **não podem ser modificados por vontade das partes** envolvidas na relação jurídica. Esse princípio está consagrado no **art. 192 do Código Civil**:

Art. 192: Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

Esse dispositivo reflete uma preocupação com a **segurança jurídica** e a **estabilidade das relações jurídicas**, garantindo que os prazos prescricionais, uma vez fixados pela lei, sejam aplicados de maneira uniforme e objetiva. O legislador, ao proibir a alteração dos prazos prescricionais pelas partes, busca evitar a criação de condições que favoreçam uma das partes em detrimento da outra, ou que fragilizem a segurança do direito de terceiros.

Fundamentação do Princípio

A inalterabilidade dos prazos prescricionais é justificada por diversos fatores de ordem prática e jurídica:

1. **Segurança jurídica:** Ao manter os prazos prescricionais inalterados, o ordenamento jurídico assegura que todos os envolvidos em uma relação jurídica saibam exatamente o período em que podem exercer seus direitos, o que evita surpresas e litígios prolongados.
2. **Isonomia e equilíbrio contratual:** A possibilidade de alterar prazos prescricionais por acordo poderia favorecer desproporcionalmente uma das partes. Em contratos em que há assimetria de poder entre as partes (por exemplo, entre um grande credor e um devedor vulnerável), a parte mais forte poderia impor prazos mais curtos ou longos, criando desequilíbrio na relação contratual.
3. **Natureza pública da prescrição:** A prescrição tem caráter de ordem pública, pois não se refere apenas ao interesse das partes, mas ao **interesse da sociedade** em evitar conflitos que se arrastem indefinidamente no tempo. O decurso do tempo sem a propositura de ações promove a pacificação social, encerrando possíveis litígios e promovendo a estabilidade das relações jurídicas.
4. **Função estabilizadora:** O Direito busca garantir que as relações jurídicas sejam resolvidas dentro de prazos razoáveis, evitando que as partes sejam submetidas a inseguranças por períodos excessivamente longos. Ao estabelecer prazos fixos e inalteráveis, a lei contribui para essa função estabilizadora.

Exceções e Flexibilizações

Embora o princípio da inalterabilidade seja rígido, existem situações onde há uma certa **flexibilização**, não no sentido de alteração dos prazos em si, mas em situações de suspensão, interrupção e impedimento dos prazos, que são situações previstas em lei.

Por exemplo:

- **Suspensão e Interrupção da Prescrição:** Conforme os artigos 197 a 202 do Código Civil, a prescrição pode ser suspensa ou interrompida, o que afeta o seu curso, mas **não altera o prazo prescricional originalmente fixado pela lei**. A interrupção, por exemplo, faz com que o prazo seja reiniciado após o evento interruptivo (art. 202).



- **Renúncia à Prescrição:** O artigo 191 permite a **renúncia** à prescrição, mas somente após a consumação da prescrição. Ou seja, a parte pode renunciar ao benefício da prescrição após o prazo já ter transcorrido, mas isso não significa que o prazo prescricional foi alterado.

Exemplo: Imagine que, em um contrato de empréstimo, uma das partes tenta incluir uma cláusula que estenda o prazo prescricional para a cobrança da dívida de 5 para 10 anos. Esse acordo seria nulo, pois a lei proíbe a alteração dos prazos prescricionais por convenção das partes. O prazo de 5 anos previsto no **art. 206, § 5º, I** para a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular deve ser respeitado, sem possibilidade de ampliação ou redução.

Mesmo que as partes concordem em manter a dívida em aberto por mais tempo ou desejem acelerar o prazo de prescrição, tal ajuste seria juridicamente inválido. Isso protege, inclusive, interesses de terceiros que possam ser afetados por mudanças no tempo de prescrição.

Prescrição dos Incapazes e das Pessoas Jurídicas

A prescrição é o instituto que, ao longo do tempo, leva à perda da pretensão de se exigir um direito. Contudo, em determinadas circunstâncias, a lei protege certos indivíduos ou entidades do curso do prazo prescricional, suspendendo ou impedindo o início da contagem. Um exemplo clássico dessa proteção está relacionado aos **incapazes** e às **pessoas jurídicas**.

1. Prescrição e Incapazes

O Código Civil de 2002 estabelece mecanismos de proteção aos incapazes, postergando o início da contagem do prazo prescricional ou suspendendo seu curso, conforme o grau de incapacidade do indivíduo.

Segundo o **art. 198 do Código Civil**, a prescrição **não corre contra os absolutamente incapazes**:

Art. 198: *Também não corre a prescrição:*

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;

III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

Os **incapazes de que trata o art. 3º** são os **absolutamente incapazes**, conforme estabelecido na legislação civil. Ou seja:

- **Menores de 16 anos;**

Portanto, enquanto o indivíduo for considerado absolutamente incapaz, o prazo prescricional não começa a correr, garantindo que o direito possa ser exercido após o término da incapacidade, ou seja, a partir do momento em que o indivíduo atinge a maioridade (18 anos) ou recupera sua plena capacidade civil.

Exemplo: Suponha que João, aos 14 anos, herde um imóvel. Se houver qualquer disputa jurídica relacionada ao bem, como uma ação reivindicatória de posse, o prazo para João exercer seu direito de reivindicação só começará a contar quando ele completar 18 anos. Enquanto ele for menor de 16 anos, a prescrição não corre.



Incapacidade Relativa:

No caso dos **relativamente incapazes** (aqueles entre 16 e 18 anos ou aqueles que têm alguma limitação parcial, como os pródigos), o Código Civil não oferece a mesma proteção que dá aos absolutamente incapazes. Isso significa que a prescrição **pode correr** contra eles.

Art. 4º do Código Civil: *São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:* (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

IV - os pródigos.

Parágrafo único. *A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.* (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência).

Para esse grupo, a prescrição não é suspensa, e o prazo corre normalmente, salvo exceções previstas em lei.

2. Prescrição contra Pessoas Jurídicas

As **pessoas jurídicas**, assim como as pessoas físicas, estão sujeitas ao curso dos prazos prescricionais. No entanto, o Código Civil também prevê mecanismos de proteção para as pessoas jurídicas em situações específicas.

O **art. 195 do Código Civil** traz uma regra importante:

Art. 195: *Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.*

Aqui, a lei protege as pessoas jurídicas em relação a atos praticados por seus representantes ou assistentes legais, estabelecendo que a prescrição que venha a ocorrer por culpa desses representantes não prejudicará a pessoa jurídica. Assim, se um administrador de uma pessoa jurídica deixar de agir e, por inércia, permitir que um direito da empresa prescreva, a pessoa jurídica pode demandar judicialmente contra esse administrador para ser indenizada pelos prejuízos causados pela sua omissão.

Esse dispositivo reflete a preocupação do legislador em assegurar que as pessoas jurídicas não sejam prejudicadas por atos negligentes de seus representantes, garantindo que os direitos da pessoa jurídica sejam preservados.

Exemplo: Uma empresa detinha o direito de cobrar uma dívida contra um cliente. O administrador negligentemente deixou o prazo prescricional de cinco anos (art. 206, § 5º, I) transcorrer sem promover



a ação judicial. Nesse caso, a empresa pode, com base no art. 195, mover uma ação contra esse administrador para obter reparação pelos prejuízos que a prescrição trouxe.

3. Suspensão e Impedimento da Prescrição

Quando falamos de incapazes e pessoas jurídicas, é crucial entender os conceitos de **suspensão** e **impedimento** da prescrição:

- **Suspensão:** Ocorre quando a prescrição já começou a correr, mas o curso do prazo é interrompido por algum motivo legal. Ao terminar a causa suspensiva, o prazo retoma de onde parou.
- **Impedimento:** Impede o início da contagem da prescrição enquanto durar a causa impeditiva.

No caso dos **absolutamente incapazes**, como mencionado, a prescrição é **impedida** até que cesse a incapacidade. No caso das **pessoas jurídicas**, a prescrição pode ser **suspensa ou interrompida** em determinadas situações, como quando um de seus representantes comete um erro que cause a perda do prazo prescricional.



4. Limitações na Proteção aos Incapazes

A proteção oferecida aos incapazes contra a prescrição não é absoluta. O legislador delimitou as situações em que essa proteção pode ser invocada. A proteção se refere a direitos patrimoniais ou relacionados ao exercício de uma pretensão. Direitos personalíssimos ou indisponíveis não estão sujeitos a prescrição, mas sim à decadência, conforme o caso.

Exemplo: Se uma pessoa absolutamente incapaz tem um direito de personalidade que foi violado, como o direito à honra, o prazo para buscar a reparação segue as normas da decadência e não da prescrição. Portanto, não se aplica a mesma proteção.

Prescrição Intercorrente

A **prescrição intercorrente** é um instituto que ocorre no âmbito processual e se refere à perda do direito de ação ou da pretensão dentro do curso de um processo, em razão da inércia do autor. Diferente da prescrição tradicional, que envolve a perda do direito de ação por decurso do tempo antes de a ação ser ajuizada, a prescrição intercorrente trata de situações em que o prazo prescricional **volta a correr**



durante o andamento do processo, devido à paralisação injustificada ou à falta de movimentação processual por parte do credor ou autor da ação.

Esse fenômeno é uma aplicação prática da segurança jurídica e tem como objetivo evitar que processos fiquem indefinidamente paralisados, sem resolução definitiva, em prejuízo ao réu ou ao sistema de justiça.

A prescrição intercorrente está prevista no **art. 921, §4º do Código de Processo Civil (CPC/2015)**:

Art. 921. *Suspende-se a execução:*

I - nas hipóteses dos arts. 313 e 315, no que couber;

II - no todo ou em parte, quando recebidos com efeito suspensivo os embargos à execução;

III - quando o executado não possuir bens penhoráveis;

III - quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis; (Redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021)

IV - se a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis;

V - quando concedido o parcelamento de que trata o art. 916.

Este dispositivo traz claramente que, após o prazo de suspensão de um ano (geralmente quando não há bens penhoráveis ou quando o credor não realiza os atos processuais necessários), **o prazo da prescrição recomeça a contar**. Se o credor permanecer inerte, ou seja, não promover atos no processo, a prescrição intercorrente pode extinguir a pretensão, levando ao arquivamento definitivo do processo.

Diferença entre Prescrição Intercorrente e Prescrição Tradicional

Enquanto a prescrição tradicional ocorre **antes do ajuizamento da ação**, a prescrição intercorrente **surge durante o andamento do processo**, especialmente quando o exequente ou autor deixa de cumprir suas obrigações processuais por um período longo e injustificado.

Prescrição tradicional: ocorre quando o titular de um direito deixa de ajuizar a ação dentro do prazo previsto pela lei, perdendo o direito de exigir judicialmente a satisfação da obrigação.

Prescrição intercorrente: ocorre durante o curso do processo, quando, após o início da ação judicial, o autor ou exequente não realiza atos processuais necessários para dar andamento ao processo, resultando na paralisação e, conseqüentemente, na extinção da pretensão pela inércia.

Requisitos para a Configuração da Prescrição Intercorrente

Para que ocorra a prescrição intercorrente, alguns requisitos devem ser observados:

- 1. Inércia do exequente:** O credor ou autor do processo deve ficar inerte, deixando de praticar os atos processuais necessários para o andamento do processo. Isso inclui, por exemplo, não requerer a penhora de bens do devedor ou não dar andamento a diligências requeridas pelo juiz.



2. **Decurso de prazo:** Após a suspensão da execução, o prazo de prescrição previsto em lei começa a correr. O prazo da prescrição intercorrente pode variar conforme a natureza do direito em discussão, mas o CPC estabelece que a execução pode ficar suspensa por até **um ano** antes de o prazo prescricional recomeçar a fluir.
3. **Determinação judicial de suspensão:** O juiz deve determinar a suspensão do processo e o arquivamento dos autos quando ficar constatada a inércia. A partir desse arquivamento, é que o prazo prescricional intercorrente começa a ser contado.

Jurisprudência sobre a Prescrição Intercorrente

A prescrição intercorrente foi objeto de várias decisões nos tribunais, principalmente pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, ao longo do tempo, consolidou sua aplicação nos processos executivos, visando o princípio da celeridade processual e a segurança jurídica.

Em um julgamento emblemático, o STJ reconheceu a importância da prescrição intercorrente em execuções fiscais, considerando que a inércia do credor pode levar à perda do direito de cobrar judicialmente os valores devidos. A **Súmula 314 do STJ** estabelece:

***Súmula 314 do STJ:** Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.*

Neste caso, a Súmula é clara ao afirmar que, em execuções fiscais, o prazo de prescrição intercorrente é de **cinco anos** a partir do término do período de suspensão de um ano.

Exemplo: Imagine que uma empresa ajuíza uma **ação de execução fiscal** para cobrar dívidas de tributos não pagos. Durante o curso da execução, verifica-se que o devedor não possui bens penhoráveis, e o processo é suspenso por um ano, conforme o art. 921 do CPC. Se, ao fim desse período, a empresa exequente não promover nenhum ato processual, como requerer novas diligências ou localizar outros bens do devedor, o prazo de prescrição intercorrente de cinco anos começa a correr. Se, dentro desse prazo, a empresa continuar inerte, a pretensão será extinta pela prescrição intercorrente.

Impactos Práticos da Prescrição Intercorrente

A prescrição intercorrente atua como um incentivo para que os credores mantenham suas ações ativas e pratiquem os atos necessários para a efetividade do processo. Ela também protege os devedores de ficarem indefinidamente sujeitos à cobrança judicial de dívidas, evitando que processos permaneçam pendentes de forma indefinida, sem solução final.

Além disso, a prescrição intercorrente promove a eficiência da justiça, ao desestimular a paralisação de processos por longos períodos e garantir que as ações sejam resolvidas em prazos razoáveis. A aplicação desse instituto contribui para a **celeridade processual** e para o equilíbrio entre os direitos das partes.

Aplicabilidade em Diversas Ações

Embora a prescrição intercorrente tenha sido inicialmente desenvolvida no âmbito das **execuções fiscais**, sua aplicabilidade foi ampliada para outras áreas do Direito Processual. Hoje, ela pode ser aplicada em diversos tipos de processos executivos, como:

- Execuções de título executivo judicial ou extrajudicial;



- Execuções de dívidas de natureza civil ou trabalhista;
- Execuções fiscais, como visto na Súmula 314 do STJ.

Em todos esses casos, o fundamento subjacente é o mesmo: garantir que os processos não se perpetuem por inércia das partes, favorecendo a finalização das demandas dentro de prazos razoáveis.

DECADÊNCIA

A **decadência** é um instituto jurídico que, assim como a prescrição, regula a perda de direitos em função do tempo. No entanto, ao contrário da prescrição, que trata da perda da pretensão de exigir um direito, a decadência está diretamente relacionada à **extinção do próprio direito**. Em outras palavras, na decadência, o decurso do prazo legal faz com que o direito se extinga, sem a possibilidade de ser exercido, seja voluntariamente ou judicialmente.

Conceito de Decadência

A decadência refere-se à **perda de um direito potestativo** (aquele que pode ser exercido unilateralmente pelo titular) em razão do não uso dentro de um prazo legal ou convencional. Se o titular de um direito não o exerce dentro do prazo estabelecido, esse direito perece, ou seja, ele se extingue completamente, sem possibilidade de exigência judicial ou voluntária.

Diferenças Fundamentais entre Prescrição e Decadência

É importante distinguir a decadência da prescrição, pois ambos os institutos tratam da limitação temporal do exercício de direitos, mas com consequências distintas:

Aspecto	Prescrição	Decadência
Natureza Jurídica	Afeta a pretensão (poder de exigir um direito judicialmente).	Afeta o próprio direito , que é extinto se não for exercido no prazo.
Suspensão e Interrupção	Pode ser suspensão, interrompida e impedida (artigos 197 a 202 do Código Civil).	Não admite suspensão, interrupção ou impedimento, salvo exceções legais (art. 207 do Código Civil).
Objeto	Relaciona-se com direitos de crédito ou prestação, envolvendo obrigações.	Relaciona-se com direitos potestativos, como a anulação de atos jurídicos ou revogação de doações.
Exemplo Clássico	Dívida de R\$ 10.000,00 que não é cobrada judicialmente dentro de cinco anos (art. 206, § 5º, I).	É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: I - no caso de coação, do dia em que ela cessar; II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se



		realizou o negócio jurídico; III - no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade).
--	--	--

Classificação dos Direitos Afetados pela Decadência

A decadência atinge principalmente **direitos potestativos**, que são aqueles direitos cujo exercício independe da vontade da outra parte. Diferentemente dos direitos de crédito, nos quais há um vínculo entre credor e devedor, os direitos potestativos permitem ao titular realizar unilateralmente uma alteração na relação jurídica, como no caso do **divórcio** ou da **anulação de um contrato**.

Exemplos de direitos que são afetados pela decadência incluem:

- O direito de **anular um negócio jurídico** por erro, dolo, coação, estado de perigo ou lesão (art. 178 do Código Civil);
- O direito de **revogar doação** por ingratidão (art. 559 do Código Civil);
- O direito de **exercer ação redibitória** para reclamar por vícios ocultos em produtos (art. 445 do Código Civil).

Decadência Legal e Decadência Convencional

No ordenamento jurídico brasileiro, a decadência pode ser classificada em **decadência legal** e **decadência convencional**, dependendo da origem do prazo fixado.

1. **Decadência Legal:** É aquela prevista diretamente em lei. O legislador impõe prazos específicos para o exercício de determinados direitos, findo o qual o direito é extinto. Esses prazos estão espalhados pelo Código Civil e por legislações especiais.

Exemplo: O direito de propor ação de anulação de um contrato por erro ou dolo se extingue em **4 anos** (art. 178 do Código Civil).

2. **Decadência Convencional:** Resulta de um **acordo entre as partes**. Nesse caso, o prazo de decadência é estipulado pelas partes contratantes dentro de um contrato, e o direito que se extingue é de natureza potestativa, sendo que a convenção entre as partes define o tempo que o titular tem para exercer esse direito.

Exemplo: Um contrato de seguro pode prever que o segurado tem o prazo de **um ano** para comunicar o sinistro e exercer o direito à indenização. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o direito se extingue.

Consequências da Decadência

As principais consequências da decadência são:

1. **Extinção do Direito:** Na decadência, o que se perde é o **direito potestativo**. O titular deixa de ter a possibilidade de exercer o direito após o término do prazo decadencial. Isso se difere da prescrição, em que o direito ainda pode subsistir, mas sem a possibilidade de ser exigido judicialmente.



2. **Irreversibilidade:** Uma vez consumada a decadência, o direito se extingue definitivamente. Ao contrário da prescrição, que pode ser renunciada pelo devedor após consumada, a decadência, em regra, não admite renúncia, especialmente quando o prazo for legal (art. 209 do Código Civil).
3. **Impossibilidade de Suspensão ou Interrupção:** A decadência, em regra, **não admite suspensão, interrupção ou impedimento**. Isso significa que o prazo da decadência corre de maneira contínua, independentemente de eventos que possam afetar o titular do direito. Entretanto, o **art. 207 do Código Civil** traz uma exceção importante:

Art. 207 do Código Civil: *Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.*

Ou seja, há casos excepcionais em que a decadência pode ser suspensa ou interrompida, se houver

Exemplo: Maria adquire um veículo de segunda mão e, após três meses de uso, descobre que o motor apresenta um defeito oculto, que já existia na época da compra. De acordo com o **art. 445 do Código Civil**, Maria tem **90 dias** para reclamar pelos **vícios ocultos** do veículo, contados a partir da descoberta do defeito.

Se Maria não exercer seu direito dentro desse prazo, seu **direito potestativo** de reclamar ou exigir a substituição ou reparo do bem perecerá, ou seja, **decairá**. Ela não poderá mais demandar judicialmente a reparação do defeito, pois o prazo decadencial expirou.

CURIOSIDADE



Uma controvérsia interessante: Será que a prescrição é matéria de mérito do processo?

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, iniciou-se uma discussão acerca de qual o recurso cabível contra a decisão do juiz que extingue o processo em razão da prescrição. A controvérsia teve início em razão da alteração que sofreu o agravo de instrumento, que passou a prever um rol taxativo, ficando as demais matérias, não previstas no rol, a serem atacadas em recurso de apelação ou em contrarrazões recursais.

Art. 1.015. *Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:*

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;



VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1o;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

Seria a prescrição mérito do processo?

Estaria a prescrição excluída do rol taxativo do artigo 1.015, CPC?

Muitas foram as discussões em torno do tema, até que em decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, em 21 de fevereiro de 2019, a Quarta Turma entendeu que o agravo de instrumento é o recurso cabível para impugnar decisões interlocutórias sobre prescrição ou decadência, uma vez que configuram pronunciamentos de mérito no processo.

Por outro lado, o recurso de apelação é cabível contra decisão sobre prescrição ou decadência que põe fim à fase cognitiva do procedimento comum e que extingue o processo (artigos 485 e 487). O julgamento ocorreu no REsp nº 1778237 / RS.

Caso queira conhecer um pouco mais a fundo essa discussão, dê uma olhadinha na decisão:

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Decis%C3%A3o-interlocut%C3%B3ria-sobre-prescri%C3%A7%C3%A3o-ou-decad%C3%A2ncia-deve-ser-impugnada-por-agravo-de-instrumento

APOSTA ESTRATÉGICA

Corujas, deem especial atenção aos prazos prescricionais e decadenciais, e, por isso, vamos revisá-los aqui novamente. Tente pensar num exemplo para cada um deles, antes de ler a resposta. Vamos aproveitar para repassar os conceitos!



Tipo	Prazo	Exemplo
Prescrição Geral	10 anos	João empresta R\$50.000 a Pedro. João tem 10 anos para cobrar judicialmente o valor, a contar do vencimento do empréstimo.
Prescrição de Dívida	5 anos	Maria vende produtos a Ana e não recebe. Ela tem 5 anos para entrar com ação de cobrança, contados a partir do vencimento.
Prescrição Reparação Civil	3 anos	Carlos sofre um acidente de trânsito causado por Lucas. Ele tem 3 anos para buscar indenização judicial pelos danos.
Decadência de Anulação de Negócio Jurídico	4 anos	Clara celebrou um contrato de compra de um imóvel com informações falsas. Ela tem 4 anos para anular o contrato após a descoberta do erro.
Decadência de Vícios Ocultos em Bens Duráveis	90 dias após descoberta	João compra uma máquina de lavar que apresenta um defeito oculto após 6 meses de uso. Ele tem 90 dias, contados a partir da descoberta, para reclamar.
Decadência de Ação Redibitória	1 ano	Paulo comprou um carro usado com defeito oculto. Ele tem 1 ano para pedir a resolução do contrato ou abatimento do preço após a entrega do bem.
Decadência em Direito Sucessório	4 anos	Um herdeiro descobre que foi omitido de uma partilha de bens. Ele tem 4 anos, a partir da homologação, para pedir a anulação.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas: Prescrição e Decadência

1. Quando a pretensão nasce, para o titular, e quando se extingue?

2. Quando a exceção prescreve?



3. Como deve ser a renúncia da prescrição?

4. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes?

5. Quando e por quem a prescrição pode ser alegada?

6. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais? Se sim, em quais casos?

7. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor?

8. Contra quem não corre a prescrição?

9. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aos outros a aproveitam?

10. A interrupção da prescrição pode ocorrer quantas vezes e em quais situações?

11. De quando a prescrição interrompida recomeça a correr?

12. Quem pode interromper a prescrição?

13. A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros? E a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados?

14. A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros? E a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros?

15. A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores?

16. A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador?

17. Se a lei não fixar prazo, a prescrição ocorre em quanto tempo?

18. Quais pretensões prescrevem em 1 ano?

19. Quais pretensões prescrevem em 2 anos?

20. Quais pretensões prescrevem em 3 anos?

21. Quais pretensões prescrevem em 4 anos?

22. Quais pretensões prescrevem em 5 anos?

23. Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição?



24. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência (assim como à prescrição), ou não a alegarem oportunamente?

25. É válida a renúncia à decadência fixada em lei?

26. O juízo pode, de ofício, conhecer da prescrição ou da decadência?

Perguntas com respostas: Prescrição e Decadência

1. Quando a pretensão nasce, para o titular, e quando se extingue?

A pretensão nasce quando violado o direito e se extingue pela prescrição.

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

2. Quando a exceção prescreve?

No mesmo prazo em que a pretensão.

Art. 190. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

3. Como deve ser a renúncia da prescrição?

A renúncia da prescrição pode ser tanto expressa quanto tácita. Sua validade é condicionada à inexistência de prejuízo de terceiro e ao transcurso do prazo prescricional.

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

4. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes?

Não.

Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

5. Quando e por quem a prescrição pode ser alegada?

Em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem a aproveita.

Art. 193. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.



6. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais? Se sim, em quais casos?

Sim. Quando os seus assistentes ou representantes legais derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente.

Art. 195. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

7. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor?

Sim.

Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

8. Contra quem não corre a prescrição?

Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela; contra os absolutamente incapazes (os menores de 16 anos); contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios; contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra; pendendo condição suspensiva; não estando vencido o prazo; pendendo ação de evicção; e quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, antes da respectiva sentença definitiva.

Art. 197. Não corre a prescrição:

I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

Art. 198. Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;

III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

Art. 199. Não corre igualmente a prescrição:

I - pendendo condição suspensiva;

II - não estando vencido o prazo;

III - pendendo ação de evicção.



9. Suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, aos outros a aproveitam?

Somente se a obrigação por indivisível.

Art. 201. Suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

10. A interrupção da prescrição pode ocorrer quantas vezes e em quais situações?

A prescrição pode ocorrer apenas 1 vez, nos casos de: despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; protesto, nas condições anteriores (se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual); protesto cambial; apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

II - por protesto, nas condições do inciso antecedente;

III - por protesto cambial;

IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;

V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

11. De quando a prescrição interrompida recomeça a correr?

Da data do ato que a interrompeu ou do último ato do processo para a interromper.

Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

12. Quem pode interromper a prescrição?

Por qualquer interessado.

Art. 203. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

13. A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros? E a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados?



Não. Também não.

Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

14. A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros? E a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros?

Sim para ambas as perguntas:

Art. 204

§ 1º A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

15. A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores?

Não, salvo quando se tratar de obrigações e direitos indivisíveis.

Art. 204

§ 2º A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

16. A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador?

Sim – art. 204, § 3º, do Código Civil.

§ 3º A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

17. Se a lei não fixar prazo, a prescrição ocorre em quanto tempo?

Em 10 anos.

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

18. Quais pretensões prescrevem em 1 ano?

- ✓ A pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;
- ✓ a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo, para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador, quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;



- ✓ a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;
- ✓ a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembleia que aprovar o laudo; e
- ✓ a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

19. Quais pretensões prescrevem em 2 anos?

As pretensões para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

20. Quais pretensões prescrevem em 3 anos?

- ✓ a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;
- ✓ a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;
- ✓ a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela;
- ✓ a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- ✓ a pretensão de reparação civil;
- ✓ a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;
- ✓ a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo: para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima; para os administradores, ou fiscais, da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembleia geral que dela deva tomar conhecimento; para os liquidantes, da primeira assembleia semestral posterior à violação; a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial; a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

21. Quais pretensões prescrevem em 4 anos?

As pretensões relativas à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

22. Quais pretensões prescrevem em 5 anos?

A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular; a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato; e a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

23. Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição?

Não, salvo disposição legal em contrário.

Art. 207. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

24. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência (assim como à prescrição), ou não a alegarem oportunamente?

Sim.



Art. 208. Aplica-se à decadência o disposto nos arts. 195 e 198, inciso I.

25. É válida a renúncia à decadência fixada em lei?

Não, é nula.

Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

26. O juízo pode, de ofício, conhecer da prescrição ou da decadência?

Da prescrição, sim. Da decadência, apenas se for estabelecida por lei (não a convencional).

A decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem a aproveita em qualquer grau de jurisdição, mas o juízo não pode supri-la.

Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Bauru/Procurador Legislativo) Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta nos termos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

- A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- B) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- C) A prescrição iniciada contra uma pessoa deixa de correr contra o seu sucessor.
- D) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- E) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência quando estabelecida por lei, ou suprir a alegação da parte a quem aproveita quando a decadência for convencional.

Comentários

Letra A – **Errada**. Contrário ao que prevê o art. 192 do Código Civil:

Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

Letra B – **Certa**. Ordem do art. 203 do CC:

Art. 203. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

Letra C – **Errada**. Em desacordo com o que determina o art. 196 do Código Civil:



Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Letra D – **Errada**. É nula a renúncia à decadência fixada em lei. Veja:

Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

Letra E – **Errada**. A segunda parte da assertiva está equivocada, nos termos do art. 211 do CC:

Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Gabarito: Letra B.

2. (Instituto AOCP/2023/Universidade do Estado do Amápa/Analista/Jurídico) Afonso é proprietário de um imóvel localizado à Rua Estrela, 555, centro da cidade de Lunares, sendo este alugado a Carlos Alexandre pelo valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a ser pago todo dia 10 de cada mês, a contar de outubro de 2022. Passados seis meses do início do contrato, Afonso começou ter dificuldades para receber os valores relativos aos aluguéis, gerando, assim, sua pretensão para cobrá-lo em juízo. Diante do caso hipotético apresentado e dos conhecimentos a respeito da prescrição regulamentada pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em dois anos a pretensão de Afonso.
- B) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em um ano a pretensão de Afonso.
- C) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em dez anos a pretensão de Afonso.
- D) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em três anos a pretensão de Afonso.
- E) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em cinco anos a pretensão de Afonso.

Comentários

Está correta a alternativa D. É o que se extrai da análise do art. 206, § 3, I, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:



§ 3º Em três anos:

I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

Gabarito: Certo.

3. (Instituto AOCF/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) Nos termos do Código Civil, acerca de prescrição, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entre os cônjuges, a constância da sociedade conjugal impede a fluência do prazo prescricional.
- B) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil.
- C) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interrompe a prescrição.
- D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

Comentários

Letra A – **Certa**. De acordo com o disposto no art. 197, I, do Código Civil:

Art. 197. Não corre a prescrição:

I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

Letra B – **Errada**. O prazo em questão é de 3 anos. Veja:

Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

V - a pretensão de reparação civil;

Letra C – **Certa**. Em conformidade com o art. 202, I, do CC:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

Letra D – **Certa**. Consoante texto do art. 191 do Código Civil:



Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Gabarito: Letra B.

4. (INSTITUTO AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Assessor Jurídico Legislativo) Sobre a prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- A) Prescreve em um ano a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- B) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- C) Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.
- E) Prescreve em três anos a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

Comentários

Letra A - **Errada**. O prazo citado é de 3 anos, nos termos do art. 206, § 3º, II, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

II - a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;

Letra B - **Errada**. Em desacordo com o mandamento do art. 209 do CC:

Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

Letra C - **Certa**. Conforme exposto no art. 206, § 4º, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:

§ 4º Em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

Letra D - **Errada**. No caso, o juiz não pode suprir a alegação. Veja:



Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Letra E - **Errada**. Em desarmonia com o art. 206, § 1º, V, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

V - a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

Gabarito: Letra C.

5. (INSTITUTO AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Procurador) Usar a alternativa correta o Código Civil e os Tribunais Superiores.

A) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.

B) Consoante ao entendimento do STJ, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se trata de responsabilidade extracontratual, aplica-se o prazo de três anos.

C) Prescreve em três anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

D) A ação de repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços não contratados de telefonia fixa a prazo prescricional de três anos.

E) O pedido de concessão de prazo para analisar documentos, com o fim de verificar a existência de débito, tem o condão de interromper a prescrição.

Comentários

Letra A - **Errada**. Oposto ao que aduz o art. 201 do Código Civil:

Art. 201. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

Letra B - **Certa**. Consoante fica demonstrado no seguinte julgado do STJ:

5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02,



com prazo de três anos. (EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.280.825 - RJ (2011/0190397-7) RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI)

Letra C - **Errada**. Prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

Art. 206. Prescreve:

§ 5º Em cinco anos:

I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

Letra D - **Errada**. O prazo prescricional citado é de 10 anos. Observe:

A ação de repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços não contratados de telefonia fixa tem prazo prescricional de 10 (dez) anos. (EAREsp 738.991-RS, Rel. Min. Og Fernandes, Corte Especial, por maioria, julgado em 20/02/2019, DJe 11/06/2019)

Letra E - **Errada**. Contrário ao entendimento jurisprudencial do STJ. Veja:

O pedido de concessão de prazo para analisar documentos com o fim de verificar a existência de débito não tem o condão de interromper a prescrição. (REsp 1.677.895-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 06/02/2018, DJe 08/02/2018)

Gabarito: Letra C.

6. (Instituto AOCP/2023/MPE MS/Analista/Direito) Considerando o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), assinale a alternativa INCORRETA acerca da prescrição e decadência.

- A) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- B) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, obedecendo ao princípio da liberdade contratual.
- D) O protesto cambial é causa interruptiva da prescrição.
- E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.



Comentários

Letra A - **Certa**. De acordo com o art. 191 do Código Civil:

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Letra B - **Certa**. Por força do disposto no art. 197, I, do CC:

Art. 197. Não corre a prescrição:

I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

Letra C - **Errada**. Permissão do art. 192 do Código Civil:

Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

Letra D - **Certa**. Nos termos do art. 202, III, do CC:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

III - por protesto cambial;

Letra E - **Certa**. Prescrição do art. 211 do Código Civil:

Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Gabarito: Letra C.

7. (Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) Acerca de prescrição e decadência, obrigações, contratos e direito de família, com base no que dispõe o Código Civil em vigor, julgue os seguintes itens.

A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros. Semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

Comentários

A assertiva está errada, visto que colide com o mandamento do art. 204 do Código Civil. Veja:



Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

Gabarito: Errado.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Bauru/Procurador Legislativo) Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta nos termos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

- A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- B) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- C) A prescrição iniciada contra uma pessoa deixa de correr contra o seu sucessor.
- D) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- E) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência quando estabelecida por lei, ou suprir a alegação da parte a quem aproveita quando a decadência for convencional.

2. (Instituto AOCP/2023/Universidade do Estado do Amápa/Analista/Jurídico) Afonso é proprietário de um imóvel localizado à Rua Estrela, 555, centro da cidade de Lunares, sendo este alugado a Carlos Alexandre pelo valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a ser pago todo dia 10 de cada mês, a contar de outubro de 2022. Passados seis meses do início do contrato, Afonso começou ter dificuldades para receber os valores relativos aos aluguéis, gerando, assim, sua pretensão para cobrá-lo em juízo. Diante do caso hipotético apresentado e dos conhecimentos a respeito da prescrição regulamentada pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em dois anos a pretensão de Afonso.
- B) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em um ano a pretensão de Afonso.
- C) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em dez anos a pretensão de Afonso.
- D) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em três anos a pretensão de Afonso.
- E) Por se tratar de uma pretensão relativa a aluguéis de prédio urbano, prescreve em cinco anos a pretensão de Afonso.



3. (Instituto AOC/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) Nos termos do Código Civil, acerca de prescrição, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entre os cônjuges, a constância da sociedade conjugal impede a fluência do prazo prescricional.
- B) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil.
- C) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interrompe a prescrição.
- D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.

4. (INSTITUTO AOC/2021/Câmara de Teresina PI/Assessor Jurídico Legislativo) Sobre a prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- A) Prescreve em um ano a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- B) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- C) Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.
- E) Prescreve em três anos a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

5. (INSTITUTO AOC/2021/Câmara de Teresina PI/Procurador) Usar a alternativa correta o Código Civil e os Tribunais Superiores.

- A) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.
- B) Consoante ao entendimento do STJ, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se trata de responsabilidade extracontratual, aplica-se o prazo de três anos.
- C) Prescreve em três anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.



D) A ação de repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços não contratados de telefonia fixa a prazo prescricional de três anos.

E) O pedido de concessão de prazo para analisar documentos, com o fim de verificar a existência de débito, tem o condão de interromper a prescrição.

6. (Instituto AOCP/2023/MPE MS/Analista/Direito) Considerando o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), assinale a alternativa INCORRETA acerca da prescrição e decadência.

A) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.

B) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, obedecendo ao princípio da liberdade contratual.

D) O protesto cambial é causa interruptiva da prescrição.

E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

7. (Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) Acerca de prescrição e decadência, obrigações, contratos e direito de família, com base no que dispõe o Código Civil em vigor, julgue os seguintes itens.

A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros. Semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

Gabarito

- | | |
|---|--------|
| 1 | B |
| 2 | Certo |
| 3 | B |
| 4 | C |
| 5 | C |
| 6 | C |
| 7 | Errado |

Bibliografia

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral do direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012.



BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em 07/07/2024.

COELHO, Fabio Ulhoa - Curso de Direito Civil Parte Geral - Vol. 1. 8a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Editora Forense, 13 edição, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado: parte geral. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. E-book.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Editora Saraiva, 27. edição, São Paulo, SP, 1997.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. E-book.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.